

<b>Título</b>	<b>Presidente do Instituto Acende Brasil aponta as dificuldades para viabilização de fios no País</b>
<b>Veículo</b>	<b>Revista Infraestrutura Urbana</b>
<b>Data</b>	<b>01 setembro 2014</b>
<b>Autor</b>	<b>Claudio J. D. Sales</b>

# infraestrutura

projetos, custos e construção

## urbana

## Energia



### Presidente do Instituto Acende Brasil aponta as dificuldades para viabilização do enterramento de fios no País

Eduardo Baldacci

Edição 42 - Setembro/2014



O enterramento de redes de distribuição de eletricidade é um tema que vem ganhando espaço. De um lado, uns defendem que esta ação deveria ser feita urgentemente devido as suas óbvias vantagens, entre as quais a diminuição de vulnerabilidade das linhas a eventos climáticos, o aumento de segurança e os benefícios estéticos derivados do fim das fiações expostas. Mas se há tantas vantagens, por que, afinal, o enterramento não tem sido largamente adotado?

Em primeiro lugar, cabe lembrar que o enterramento também tem algumas desvantagens. É fato que as redes subterrâneas apresentam menor frequência de interrupções. No entanto, quando há problema, a recomposição do sistema é mais demorada porque a detecção e correção de falhas são mais complexas do que em redes aéreas. A maior parte das ocorrências em redes aéreas é prontamente identificada por inspeção visual no nível da rua, enquanto redes subterrâneas requerem inspeção em galerias ou abertura de valas. As explosões de bueiros no Rio de Janeiro e em Nova Iorque mostram que redes subterrâneas não são livres de riscos. O acúmulo de gases nas câmaras subterrâneas, de origem dos próprios equipamentos elétricos ou de terceiros, pode ocasionar severas consequências.



[A questão central orbita ao redor do impacto econômico-financeiro. Um recente projeto de pesquisa estimou que o enterramento custaria cerca de R\$ 4,5 milhões/km de rede]

As vantagens tendem a prevalecer, mas a questão central orbita ao redor do impacto econômico- financeiro deste esforço. Um recente projeto de pesquisa estimou que o enterramento custaria cerca de R\$ 4,5 milhões/km de rede. Assim, no caso de São Paulo, por exemplo, para que a Eletropaulo se enquadrasse no Projeto de Lei do Senado no 37, de 2011, seria necessário um investimento de R\$ 5,4 bilhões, que acarretaria um aumento de 7,8% na conta de luz, ou de 48% se fosse arcado exclusivamente pelos consumidores das áreas diretamente afetadas.

Estariam os consumidores dispostos a arcar com este custo? Uma pesquisa de opinião feita em 2012 perguntou aos cidadãos paulistanos se eles estavam dispostos a ter algum tipo de aumento em suas tarifas para viabilizar redes subterrâneas. E não estávamos falando de aumentos expressivos. Os aumentos propostos foram de 0,2%, 2% e 6%. No cenário de menor aumento (0,2%), 57% dos consumidores rejeitaram qualquer aumento e preferiram não ter o serviço de enterramento. No caso dos 6% de aumento, a rejeição foi de 65%, ou de dois em cada três respondentes.

Entretanto, é preciso deixar claro que projetos de enterramento requerem o envolvimento de diferentes agentes e não somente da distribuidora de energia. Prefeituras (ajudando nas obras de pavimentação), concessionárias de telecomunicações (dividindo os custos dos dutos), e os próprios governos estadual (isentando o ICMS sobre equipamentos) e federal (assegurando a incorporação dos investimentos às bases de remuneração tarifárias) precisam dar suas contribuições para viabilizar os investimentos bilionários que possibilitariam a obtenção dos benefícios, que seriam compartilhados por todos. A necessidade de envolvimento de vários atores e as polêmicas ao redor dos custos-benefícios do enterramento de redes elétricas são fortes indicadores de que a complexidade do tema requer uma discussão aprofundada, baseada em critérios técnicos e sem atropelos.

Claudio Sales

é presidente do Instituto Acende Brasil ([www.acendebrasil.com.br](http://www.acendebrasil.com.br))

O enterramento de redes de distribuição de eletricidade é um tema que vem ganhando espaço. De um lado, uns defendem que esta ação deveria ser feita urgentemente devido as suas óbvias vantagens, entre as quais a diminuição de vulnerabilidade das linhas a eventos climáticos, o aumento de segurança e os benefícios estéticos derivados do fim das fiações expostas. Mas se há tantas vantagens, por que, afinal, o enterramento não tem sido largamente adotado?

Em primeiro lugar, cabe lembrar que o enterramento também tem algumas desvantagens. É fato que as redes subterrâneas apresentam menor frequência de interrupções. No entanto, quando há problema, a recomposição do sistema é mais demorada porque a detecção e correção de falhas são mais complexas do que em redes aéreas. A maior parte das ocorrências em redes aéreas é prontamente identificada por inspeção visual no nível da rua, enquanto redes subterrâneas requerem inspeção em galerias ou abertura de valas. As explosões de bueiros no Rio de Janeiro e em Nova Iorque mostram que redes subterrâneas não são livres de riscos.

O acúmulo de gases nas câmaras subterrâneas, de origem dos próprios equipamentos elétricos ou de terceiros, pode ocasionar severas consequências.

As vantagens tendem a prevalecer, mas a questão central orbita ao redor do impacto econômico- financeiro deste esforço. Um recente projeto de pesquisa estimou que o enterramento custaria cerca de R\$ 4,5 milhões/km de rede. Assim, no caso de São Paulo, por exemplo, para que a Eletropaulo se enquadrasse no Projeto de Lei do Senado no 37, de 2011, seria necessário um investimento de R\$ 5,4 bilhões, que acarretaria um aumento de 7,8% na conta de luz, ou de 48% se fosse arcado exclusivamente pelos consumidores das áreas diretamente afetadas.

Estariam os consumidores dispostos a arcar com este custo? Uma pesquisa de opinião feita em 2012 perguntou aos cidadãos paulistanos se eles estavam dispostos a ter algum tipo de aumento em suas tarifas para viabilizar redes subterrâneas. E não estávamos falando de aumentos expressivos. Os aumentos propostos foram de 0,2%, 2% e 6%. No cenário de menor aumento (0,2%), 57% dos consumidores rejeitaram qualquer aumento e preferiram não ter o serviço de enterramento. No caso dos 6% de aumento, a rejeição foi de 65%, ou de dois em cada três respondentes.

Entretanto, é preciso deixar claro que projetos de enterramento requerem o envolvimento de diferentes agentes e não somente da distribuidora de energia. Prefeituras (ajudando nas obras de pavimentação), concessionárias de telecomunicações (dividindo os custos dos dutos), e os próprios governos estadual (isentando o ICMS sobre equipamentos) e federal (assegurando a incorporação dos investimentos às bases de remuneração tarifárias) precisam dar suas contribuições para viabilizar os investimentos bilionários que possibilitariam a obtenção dos benefícios, que seriam compartilhados por todos. A necessidade de envolvimento de vários atores e as polêmicas ao redor dos custos-benefícios do enterramento de redes elétricas são fortes indicadores de que a complexidade do tema requer uma discussão aprofundada, baseada em critérios técnicos e sem atropelos.

***Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil ([www.acendebrasil.com.br](http://www.acendebrasil.com.br))***